

A COMPREENSÃO DE JOVENS POLICIAIS MILITARES DA CONDIÇÃO DE ESTUDANTE E A PREVENÇÃO DE DELÍTO NA CIDADE DE ARARAQUARA – SP.

BRUNETTA, Antonio Alberto ¹

Resumo

A compreensão de policiais militares da condição de estudante e a prevenção de delito na cidade de Araraquara é o foco deste estudo. Foram realizadas entrevistas em profundidade com praças da Polícia Militar que atuam em programas de prevenção, com objetivo de configurar suas identidades e o trabalho da corporação diante de programas de prevenção de delito (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência- PROERD; Jovens Construindo a Cidadania – JCC) e voltada à segurança urbana comunitária, especialmente relacionada à compreensão desses policiais sobre o que são os estudantes. Contata-se que um dos desafios da formação dos policiais militares é a compreensão do caráter dos grupos comunitários que atuam em projetos de segurança e que se constituem também por jovens estudantes, para a realização dos direitos da cidadania.

Palavras-chave: Segurança Urbana; Polícia Militar; PROERD; Prevenção de Delito.

¹ Professor Assistente I da Área de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus de Chapecó-SC; Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara. E-mail: albertobrunetta@uol.com.br. Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa intitulada “Avaliação de experiências de prevenção de delito na cidade de Araraquara”, coordenada pelo Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava (PPGS-FCLAR-UNESP).

1. INTRODUÇÃO

Na última década do século XX, no Brasil, ocorreu uma modificação no sistema de policiamento com relação ao tipo e a organização de suas tarefas. A ineficiência do policiamento tradicional e a redemocratização política contribuíram para esta reestruturação.

A base da reorganização das tarefas policiais, frente a esse novo contexto, está ligada à criação de formas de policiamento definidas como: comunitária, solidária, interativa e cidadã; não se constituem efetivamente em experiências alternativas, considerando que objetivam, principalmente, descaracterizar a instituição policial como agente de repressão e reconfigurar sua imagem em relação ao uso da força, mas também em relação às suas práticas de policiamento, investigação, abordagem etc., mas em grande medida as forças policiais permanecem convictas de que o uso da força é indispensável e em momento algum se vêem capacitadas a superá-la. Neste sentido, são muitos e significativos os registros da imprensa e de pesquisas acadêmicas sobre violência policial, comprovando a permanência de práticas truculentas (MESQUITA NETO, 1999).

No momento presente as instituições responsáveis pela segurança pública, em especial a

polícia militar, são questionadas em sua eficiência e eficácia, de modo que a atividade policial passa a ser evidenciada como a responsável direta pelo restabelecimento da ordem e, concomitantemente submetida a julgamentos que são enfáticos em afirmar sua ineficiência enquanto corporação, mas principalmente enquanto grupo profissional cuja qualificação, segundo tais julgamentos, ou é insuficiente, ou inadequada. Para ADORNO (2002)

Um dos maiores desafios reside justamente em compatibilizar o respeito aos direitos humanos e as demandas por maior eficiência policial [...] para tanto, é preciso alcançar, entre outros objetivos, um modelo de polícia que alie eficiência com respeito às leis que protegem os direitos do cidadão, em particular o direito a segurança. (ADORNO, 2002, p. 295)

Agindo reativa ou proativamente os policiais estão subordinados às normas da corporação que visam **“endurecer o policial”** limitando-o para consigo mesmo e preparando-o para enfrentar o confronto e o risco; e ainda muito recentemente os novos contingentes da Polícia Militar têm recebido nos cursos de formação conteúdos relacionados às práticas não-repressivas. (AMADOR, 2002, p.

138).

Assim, o anacronismo da ação policial configura-se na distinção entre a perpetuação das exigências da corporação e a renovação das expectativas da comunidade. Esta condição contemporânea da polícia - que não é mais “polícia de Estado” ou “polícia política” e que não consegue ser “polícia democrática” ou “polícia cidadã” – a inscreve em um cenário que exige uma análise que considere novas referências na composição do universo subjetivo desses policiais, no intuito de fomentar nestes uma perspectiva efetivamente democrática.

2. METODOLOGIA

Nas duas últimas décadas, a interação entre as patentes no interior das corporações policiais tornou-se ligeiramente mais flexível. Desde as simples comunicações entre seus integrantes, até o diálogo entre o “comando” e os “praças”, as relações tornaram-se menos formais, o que não significa que o poder de deliberação tenha deixado de se concentrar (LOCHE, 2003). Assim, sinaliza-se para a necessidade de que o estudo das relações entre policiais deva orientar-se por uma perspectiva mais dinâmica dessas relações.

Frente a forte hierarquização das relações - de natureza militar - do trabalho policial, mas considerando esses policiais como indivíduos dotados de interesses, necessidades,

valores, vontades e antagonismos, é que se confirma a coerência das formulações teórico-metodológicas relativas ao conceito de configuração de Norbert Elias para a realização deste trabalho, pois para o autor: *“Figuration is a generic term used to represent the web of interdependences formed among human beings and which connects them: that is to say, a structure of mutually oriented and dependent persons”* (ELIAS apud QUINTANEIRO, 2006, p. 04).

A compreensão dos impasses dessa relação e das contradições produzidas demanda a aproximação com o universo subjetivo desses policiais, que se encontram, por vezes, confinados às normatizações impositivas e truculentas oriundas da própria polícia. Entretanto, tais imposições, mesmo que violentas, não podem ser consideradas como determinantes do que se realiza no trabalho da polícia, pois as relações a que se referem os conceitos sociológicos podem objetivar também a interdependência e a incessante mobilidade, como assim nos sugere ELIAS (1994), para quem *“até a função social do escravo deixa algum espaço, por estreito que seja, para decisões individuais”* (ELIAS, 1994, p. 50).

A subjetividade é tomada como referência conceitual neste trabalho, apresentando-se como universo de referências mínimas para se pensar a sociedade, o que corresponderia ao tratamento dos policiais como sujeitos da realidade que se pretende compreender a partir da perspectiva intersubjetiva, que

considera o ‘conhecimento como relação social’ (CARIA, 2003).

Neste trabalho é defendida a idéia de que tal referência se define pelos próprios sujeitos do conhecimento na medida em que, por meio de suas relações, forem capazes de identificar os interesses que são colocados em jogo e são enfrentamentos suscitados pela dinâmica de suas experiências cotidianas.

O trabalho policial, principalmente o comunitário, analisado sob a perspectiva de seus membros mais expostos ao contato direto com o público (soldados, cabos e sargentos, isto é, os não oficiais) contribui para que se evidencie o sentido inverso da consolidação e produção das ordens e ações da polícia, à medida que esses policiais vivenciam sua realidade de trabalho, tomando como referência suas experiências passadas e seus valores específicos, tornando-se agentes de mudanças. Portanto, alteram aquelas condições objetivas de confinamento, que supostamente os determinava.

Uma análise que privilegie tal perspectiva deve recorrer à categoria que ELIAS (2000) define como “aspectos figuracionais”, pois estes subvertem o sentido que se atribui à “*posse monopolística de objetos não-humanos, tais como armas ou meios de produção*”, concedendo espaço para interpretações sobre os “*diferenciais de poder que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados*”, de modo que as relações

de poder próprias à prática dos policiais (em especial os praças) podem ser interpretadas a partir dessa categoria, pois “*a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes*” (ELIAS, 2000, p.21-22).

Utilizar os conceitos de Elias para a abordagem no tratamento e análise dos dados, se justifica tendo em vista as considerações de ADORNO (2002) acerca do fato de que o Brasil, sequer, alcançou o monopólio estatal da violência, de modo que as relações de poder não se configuram estáveis, suscitando o questionamento acerca da distância em realizar um avanço nas questões de segurança, para garantir um combate democrático às formas de violência.

O tratamento do tema proposto nos leva à adoção, ainda, dos fundamentos teóricos de Michel Foucault quando trata das formas pelas quais as práticas de controle social se expressam na modernidade. Para FOUCAULT (1999) uma interpretação mais adequada das relações de poder deve contar com uma modificação na abordagem, que “*Em vez de perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder de si mesmos ou de poderes para deixar-se sujeitar, deve investigar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos*” (FOUCAULT, 1999, p. 319).

Para Alvarez (2004) é fundamental uma reconsideração metodológica para a adequada abordagem do conceito de “controle social” com vistas à compreensão das

relações de poder na perspectiva foucaultiana

Em primeiro lugar, o poder não é algo que se adquire ou detenha, mas algo que se exerce em contextos sempre cambiantes. Em segundo lugar, o poder não se encontra em posição de exterioridade a outros tipos de relações, mas é imanente às relações econômicas, de conhecimento, sexuais etc. Ou seja, o poder não é superestrutura, mas possui um papel produtor. Também as relações de poder não podem ser reduzidas a uma oposição binária entre dominadores e dominados, pois são muito mais heterogêneas, convergências sempre provisórias produzidas pelos muitos enfrentamentos locais. Ao mesmo tempo que intencionais, as relações de poder não são subjetivas, ou seja, embora o poder se exerça por meio de uma série de miras e objetivos, não resulta da escolha de um sujeito individual ou coletivo (ALVAREZ, 2004, p. 173).

Seria lícito o questionamento acerca da efetiva conquista de condições democráticas no policiamento, quando se confronta essa possibilidade aos conceitos de “panoptismo” e de “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 1985;

2002), nos quais a maior transparência nas relações sociais e a construção de saberes especializados constituir-se-iam num acréscimo de controle e não de liberdade, pois se articula com o ganho de transparência em relações democráticas o equivalente em disciplina; o que atenderia aos interesses conservadores da polícia do tipo tradicional, sem negligenciar as demandas relativas à ordem democrática próprias ao paradigma da nova polícia.

Sobre o papel da polícia diante desse quadro SOUZA (2006) lembra que,

Foucault entende a polícia não como instituição de repressão às ilegalidades, mas como prática, dentro de uma rede disciplinar, para a criação de um campo ampliado de visibilidade, no qual o delinqüente torna-se objetivo privilegiado de vigilância sendo destacado num conjunto polimorfo de ilegalidades (SOUZA, 2006, p. 245).

Neste sentido é que se afirma a relevância de se investigar as mudanças ocorridas na polícia, especialmente aqueles que se pretendem democráticas e que concretamente são promovidas por meio da aproximação com a comunidade dos bairros, entretanto, apresenta-se a necessidade de superar a perspectiva opressiva do controle e

da vigilância tendo em vista a consolidação de sujeitos coletivos de direitos.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O POLICIAMENTO EM ARARAQUARA

O 13º Batalhão de Policiamento do Interior da Polícia Militar do Estado de São Paulo (13º BPMI-PM-SP) organiza-se em quatro Companhias de Policiamento. Com sede na cidade de Araraquara, o 13º BPMI-SP é responsável pelo policiamento em uma região formada por 19 municípios (Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Candido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju) cuja área territorial total é de 7.234.323 Km² e a população total é de 561.675 habitantes. Para a totalidade de suas atividades (policiamento, administração, etc.) nessa região a Polícia Militar conta com um efetivo total fixado de 718 policiais, frente a um efetivo existente de 652 policiais, ou seja, a um déficit de 66 policiais; e uma média de 1 policial para cada 860 habitantes, condição muito aquém das definidas pelas organismos internacionais, 1/500. Desse conjunto de policiais militares 61 têm menos de 31 anos de idade; 123 se dedicam as

atividades administrativas e 529 ao policiamento. Araraquara é uma cidade média do interior do Estado de São Paulo, com população estimada em 2008 de 182.471 habitantes e do total efetivo existente a cidade conta com 321 policiais, dos quais 223 atuam exclusivamente no policiamento e 98 atuam em atividades administrativas; e 18 possuem menos de 31 anos de idade.

4. SUPERAR AS NORMAS PARA PREVENIR O DELITO

Nesta pesquisa, foram entrevistados, preliminarmente, jovens policiais do 13º BPMI-SP com idade aproximada de trinta anos e dez anos de trabalho na polícia, que realizam atividades de policiamento comunitário. Procurou-se identificar a compreensão desses policiais sobre o estudante e sobre a prevenção de delito.

Analisando as respostas considerou-se que a influência da hierarquia seja a mesma sobre cada um dos policiais, pois possuem a mesma patente (soldado). Sendo assim, acredita-se que as variações de resposta dependam das convicções individuais dos policiais; igualmente acredita-se que a análise de uma instituição tão rígida como a polícia militar demande uma travessia de pesquisa pelo caminho da emoção. Doravante, apresentam-se trechos das respostas e algumas análises

preliminares.

Ao mesmo tempo em que os policiais afirmam ser suficiente a formação que receberam em seus cursos básicos, consideram que existem obstáculos à concretização do que foi aprendido, principalmente em razão da falta de efetivo para a universalização da aplicação dos programas de prevenção, mas também quanto ao reconhecimento tanto da corporação, como da população.

Os cursos são suficientes, no ensino sim. Você sai com vontade de aplicar, mas muitas vezes você não consegue aplicar devido à necessidade da corporação. Devido a maneira que é necessário ser aplicado, você não consegue fazer aquilo que aprendeu dentro de sala de aula. Falta de efetivo para policiamento regular que contribui para consolidação do vínculo com os cidadãos [...] O cidadão muitas vezes não entende o trabalho da PM, porque ele é de limitação de direito e ninguém gosta de ver seu direito limitado... o policial chega de forma educada para abordar e a pessoa retruca e tudo tem sua hora, enquanto que quando o policial chega de forma dura, quanto mais duro ele chega, mais o cidadão cumpre a determinação. Muitas vezes eu sou obrigado a agir de maneira mais dura. Neste

sentido o cidadão também deve ser educado em relação ao trabalho da polícia.

Alguns policiais de infantaria ainda não vêem o policial comunitário como policial de rua, embora a gente continue fazendo todas as funções. O pouco efetivo... não sobram policiais para trabalhar nessa área. Eu acho que o programa se aplicado em todas as escolas e em um número maior de séries promoveria uma mudança social gigantesca. O contato permanente com o policial é imprescindível, pois a criança, principalmente na periferia, só conhece o policial como aquele que vai pegar ele, que vai abordá-lo, que vai ser mais rígido com ele. Se o programa fosse mais extenso a criança conheceria o policial que também vai ser duro com ele, mas que também está ensinando.

Todos os policiais comunitários dividem sua rotina de trabalho entre atividades de preventivas e ostensivas, embora alguns não considerem adequada essa justaposição de atividades. A partir dessas respostas é possível verificar a existência de identidades que se referenciam de modo diferenciado diante de uma orientação única da corporação.

Eu tive problemas por dar

aula na mesma escola que fazia a ronda escolar, na qual tinha que ser mais duro, e ficava aquele ar de autoritarismo, aí eu não conseguia [...].

Durante 8 meses no ano eu faço PROERD, depois eu volto para o policiamento [...], aí minha vida volta ao normal no policiamento. [...] A gente encontra com os alunos fora das situações de sala de aula, já aconteceu de abordarmos aqueles que foram nossos alunos roubando, furtando [...] Aí eles nos vêm, abaixam a cabeça, porque já é dito logo de começo: aqui você está fazendo o programa (PROERD), a gente brinca com vocês, a gente mostra o que é certo e o que é errado, mas numa abordagem eu sou o policial, se você estiver cometendo algum crime, vai ser usada a lei em cima de você, você vai ser preso.

Fica evidenciado no depoimento acima que tipos distintos de policiamento demandam a construção de uma identidade relacional também diferenciada em relação ao público. Esta compreensão do policial acerca da divisão de tarefas marca a permanência da dicotomia do fazer policial em tempos de policiamento comunitário, no qual não se prevê uma reconstrução completa de sua identidade a partir da

renovação de suas ações, mas somente a distinção de policiais “dóceis” (comunitários) e policiais “durões” (ostensivos). A perpetuação desta dicotomia é indicativa de uma situação de ambigüidade, quando o esperado de sua formação em termos de policiamento comunitário seria, minimamente, a ambivalência das ações, todavia o que se registra nos depoimentos indica a ambigüidade da identidade ostensiva e preventiva, de modo que a decisão sobre como conduzir uma abordagem decorre da decisão subjetiva do policial, demonstrando que a formação que se pretende comunitária do policial não se realiza por completo nem na perspectiva da técnica, nem mesmo na perspectiva do comunitarismo.

Em um dos depoimentos merece destaque o fato deste considerar como normal e, portanto, correspondente ao que deve ser o policial, as atividades de policiamento ostensivo. Tal visão se reafirma quando o mesmo policial responde sobre sua realização profissional:

Eu gosto do policiamento de rua, tanto que eu passei por todas as fases do policiamento de rua. Eu me satisfaço com o policiamento; o PROERD veio me mostrar o social. Só que eu acho que a tendência ainda pra melhorar tem que ser um pouco mais o social, um pouco mais comunitário.

De modo contrário, para outro policial

O trabalho preventivo me realiza. Tanto é que isso me mudou, eu não consigo mais ser um policial autoritário, tratar as pessoas de forma mais ríspida, não tem como. A questão do perfil do policial comunitário já incorporou em mim, então mesmo trabalhando na rua, na parte operacional, você se torna uma pessoa mais comunitária. Mesmo na questão de verbalizar de conversar, na maneira pode ser firme e justa, mas sem ser estúpido.

Quando questionados sobre o estudante e o jovem, corroboraram com a visão segundo a qual prevalece a ausência de sentido para as novas gerações; do mesmo modo consideram que a liberação dos comportamentos parece ser uma tendência problemática para os jovens, todavia atribuem à família a responsabilidade tanto na origem como na possibilidade de reversão desta condição.

O jovem está perdido, cheio de informação de curiosidade, mas às vezes trocando os pés pelas mãos, muito carente, é impressionante [...] Às vezes ouço mães que dizem não dar conta do filho e que dizem que a obrigação da escola é

com a nota e a obrigação dela é em mandar o filho pra escola, só isso. Está errado, né? Muitos pais sequer olham os cadernos dos filhos. [...] Começando pelo jovem é possível mudar as coisas. Se eu conseguir inculcar o altruísmo no jovem a gente já conseguiu muita coisa, porque liberou demais [...] O jovem muitas vezes não tem perspectiva. O professor fala que ele tem que estudar, se não estudar não vai progredir na vida... Você quer isso para o seu futuro? Os jovens são muito imediatistas, onde eles puderem levar vantagem eles vão e acabam não estudando. Então falta uma referência, porque eles vêem que não tem futuro. Eles não pensam no futuro, não pensam no amanhã.

Participando do contexto das escolas você percebe que a base deles está errada, o pai está muito mais liberal e deixando a criança mais solta, a criança não tem sentido e certo aperto e um direcionamento. Os pais trabalham e podem oferecer um conforto material maior, mas não oferecem a atenção emocional e afetiva necessária. Os pais também protegem muito os filhos de cobranças da escola, por exemplo, porque eles mesmos, os pais, não cobram e ajudam os filhos em casa.

Os professores estão sobrecarregados, quando eles tentam repreender eles tentam correr atrás do prejuízo. Mas o que acontece? A orientação dos pais, antigamente era mais dura, o pai era mais... não tinha tanto diálogo, hoje também não tem porque os pais trabalham muito, mas antes era mais rígido, hoje eles tentam deixar mais solto e acabam pecando.

As perspectivas para crianças adolescentes e jovens remetem a rigidez de valores e de condição. Apenas o policial que possui formação musical, atuando na Banda Musical da PM e também junto à igreja da qual participa, apresenta alternativas pela via da formação cultural, estética etc.

Começar a engajá-los em atividades sociais; eles gostam, eles têm vontade, só que tem que ficar junto com o grupo, senão eles não fazem. Muitos os criticam e não explicam. Eles querem ouvir funk, muitos diriam: não vai ouvir e pronto. Eu deixo por um pouco e os questiono: como a mulher está sendo mostrada? E eles acabam pensando sobre as questões.

O trabalho ainda é a saída. Antigamente tinha a Guarda-Mirim, que coordenava as atividades, e fazia as crianças

darem valor ao trabalho... o ECA proíbe trabalho infantil, mas criança tem que saber o quanto é duro suar a camisa.

A condição do estudante, na visão dos policiais, não merecer atenção diferenciada. Os policiais entrevistados acreditam que a padronização dos procedimentos é adequada ao tratamento de qualquer cidadão, referem-se às técnicas de abordagem como estratégias eficientes para qualquer relação, isto indica que o interlocutor em suas possibilidades e limitações não são consideradas na abordagem, sendo possível afirmar que não são preparados para considerar aqueles com quem interagem como sujeitos de suas práticas. Os depoimentos que seguem esclarecem estas questões.

Hoje em dia a abordagem é padronizada, do indivíduo suspeito ao indivíduo que cometeu o crime. Padronizada em todas as cidades e com relação a todos os indivíduos... Padrão já está chegando ao consenso, e isto está melhorando... eu acho difícil por ser estudante modificar o tratamento, mas hoje em dia a tendência da polícia comunitária é a defesa da vida, padronizando todas as ações para que não haja erro, morte ou dano à pessoa, sendo correto com todos. Mesmo a ronda escolar faz o mesmo serviço de

patrulhamento.

A condição de estudante merece um tratamento diferenciado não só da polícia.

Questionados sobre suas concepções de delito os policiais sistematicamente remetem a definição jurídica do termo, resposta indicativas do rigor da formação e do conseqüente tratamento pretensamente indiferenciado quanto aos autores do delito.

Fato típico, anti-jurídico... [tentou responder conforme a doutrina] ...o policiamento comunitário já foi criado para que haja uma aproximação maior entre o policial e a população, mas o indivíduo que cometeu um crime, ele tem que ser levado pelas normas mesmo...

As entrevistas indicam também que os policiais se permitem pouca autonomia na definição do delito, quando da realização do patrulhamento, ou seja, a técnica e a força da regra se impõem de modo a não permitir um tipo de modulação que considere o sujeito abordado.

Não, pois somos obrigados a agir, diante de atitude de fato e atitudes suspeitas, desde um cidadão andando sem capacete ou roubando, nossa autonomia de

discricionariedade é somente na definição do suspeito: eu devo abordá-lo ou não. Quando visualizamos a infração a gente age quase que no automático. Em crimes de menor potencial ofensivo pode ser dada ao policial maior autonomia, mas não existe nenhuma orientação nesse sentido. Apenas os policiais são orientados do que devem e não devem fazer, e tanto a autoridade como a responsabilidade é de vocês, se for preciso chamar um superior a ação será tomada. Acho que vale muito mais o policial tentar informar, por exemplo: quando o pai, mãe e filho estão na mesma moto... você orienta, acho que vale mais que a autuação.

Não, há normas e padronização da ação que precisam ser seguidas.

Uma contradição emerge dos depoimentos quando os policiais são questionados sobre possíveis referências, exteriores à corporação, que influenciem suas práticas, pois a família aparece com significativa frequência e o papel da criança e do adolescente é reconfigurado.

A educação que eu recebi na minha família são minhas principais referências. Nas escolas a gente observa que a maioria dos casos de alunos

com problemas é dos que não tem uma boa estrutura familiar.

Meu pai que é policial falava: “ser policial é um sacerdócio” você começa a trabalhar na polícia e vai no sangue, porque é uma sensação... sabe como é a sensação de ajudar alguém?²

Eu me porto como eu gostaria que tratassem meu filho.

Todavia, as posturas tecnicamente aprimoradas parecem não dar conta das ações que demandam um tratamento integral, como é o caso das práticas preventivas que tem como escopo a vida dos jovens atendidos pelos programas PROERD e JCC. As experiências significativas na prevenção de delito são identificadas como limitadas, especialmente quando as ações delituosas das crianças e adolescentes têm origem na própria família.

Teve um caso em 2005. Duas jovens cuja mãe era traficante e o pai estava preso, a mãe arranhou um homem que era alcoólatra, viciado e bandido também; e as crianças estavam se perdendo também, com problemas na

escola, aí começou o programa (JCC) e as meninas foram colocadas num grupo de trabalho. E elas eram lideranças, uma delas foi colocada como líder do JCC, e elas mudaram, passaram a ser elogiadas, elas queriam fazer muitas coisas pela escola, mas o padrasto continuava espancando a mãe, aí um dia ela foi defender a mãe do padrasto e acabou esfaqueando o padrasto, aí ela precisou ir embora, mudou pra Guarapiranga e perdemos o contato, mas eu fiquei sabendo que um tempo depois ela voltou pro tráfico. Isso me marcou muito. Isto nos mostrou que não era um problema de personalidade dela, não era uma coisa nata, era uma coisa que ela aprendeu, era uma defesa dela, no convívio social dela ela não tinha como ser de outro jeito, quando foi oferecida outra oportunidade pra ela mostrou quem ela gostaria de ser.

Não somente pela complexidade da configuração dos delitos envolvendo crianças e adolescentes, mas também pela manutenção da estrutura e das normas da polícia militar é que as práticas preventivas apresentam limitações que são relatadas pelos policiais em meio ao registro da importância dessas atividades

² Apesar de não haver pesquisa sobre este ponto específico, é notável a grande transmissão geracional da profissão de polícia. Chama também a atenção que o mesmo não aconteça entre gerações de professores.

Um trabalho muito bom, mas precisa de mudanças na corporação, porque muitas vezes o policial começa a dar aula e tem muito trabalho, ele acumula funções, quando está atendendo uma ocorrência ele não pode sair pra dar aula... Eu tive problemas por dar aula na mesma escola que fazia a ronda escolar, na qual tinha quer mais duro, e ficava aquele ar de autoritarismo, aí eu não conseguia, mas isso foi por pouco tempo.

Sim, em todas as escolas que eu trabalho todos gostam do PROERD. Em algumas escolas acompanham, mas na maioria o professor fala que vai aproveitar a aula do PROERD para outras atividades.

Outro complicador para a integralização das atividades preventivas corresponde à dificuldade na promoção da intersetorialidade, necessária não só à prevenção dos delitos, mas sobretudo na constituição de uma ação preventiva da reincidência. Sobre os trabalhos realizados pela Liberdade Assistida e pela Fundação Casa, por exemplo, os policiais afirmam:

Algumas instituições estão levando a sério. Eu trabalhei na ronda escolar até 2005, a criança quando não tinha

condição ela ia para uma casa pra jovem (abrigo para menores) do qual elas fugiam e os responsáveis diziam não saber o que tinha ocorrido. Parece que tem sido mais sério agora, por exemplo, o conselho tutelar. Por esses dias eu li que a Fundação Casa estava comemorando a criação de um curso para os seus internos, só que o curso era de eletricitista de automóveis, imagina o garoto aprendendo isso, agora ele poderá desmontar um alarme de um veículo, fazer partida direta muito mais rápido, um tipo de formação profissional como esta contribui para a prática criminosa. Poderia ser qualquer outra formação, menos esta.

Funciona, mas é difícil acompanhar, porque é muito jovem para pouco efetivo. O Estado está sucateado.

A intersetorialidade sequer se apresenta no horizonte concreto das ações relacionadas à prevenção de delitos por crianças e adolescentes, pois a própria PM ainda dispõe, na visão desses policiais, de recursos aquém das reais necessidades do policiamento ostensivo e, considerando que para o comando da corporação, bem como na visão sensocomunizada, os trabalhos de prevenção são considerados complementares, a estes caberiam recursos ainda mais escassos.

Obstáculo: falta de investimento do Estado, pois eu acredito que a PM é capaz, falo isso pelo que a PM consegue fazer, em experiências com policiais dos EUA eles ficaram impressionados com o tipo de atividade que nos desenvolvemos: “isso lá a gente nem faz”, por exemplo: lá se um cidadão reage a uma abordagem policial a pena dele é aumentada; aqui não... além das múltiplas atividades, não há respaldo legal para o nosso trabalho. A PM de São Paulo é a que mais prende, mas é preciso pesquisar quem é o estado que mais solta. É preciso investir mais no trabalho policial, salário, equipamento, material.

Dificuldades: falta de efetivo e de reconhecimento por parte da própria corporação... Possibilidades: com a intenção dos programas que já tem e sua expansão acredito que a tendência é melhorar, por exemplo o JCC que pretende ser aplicado em todas as escolas, até 2011 pelo menos as estaduais.

Os depoimentos dos policiais militares apontam ainda para diferentes compreensões sobre o sentido da prática policial: estes sentidos podem ser sintetizados nas seguintes binômios: **austeridade-**

sacerdócio; militarismo-técnica; esperança-personalidade. Estes perfis de compreensão reafirmam a existência de um pacto silencioso sob o qual a prática da prevenção de delito fica impossibilitada de constituir-se em política, mesmo no âmbito de um grupo aparentemente coeso, como se mostra a Polícia Militar.

5. MUDANÇAS SEM TRANSFORMAÇÃO

A justaposição da perpetuação das exigências da corporação militar sobre seus policiais com a renovação das expectativas da comunidade caracterizam um tipo de anacronismo da ação policial na atualidade. Segundo BENGOCHEA (2004):

No início dos anos 90, as corporações policiais, cujas práticas históricas foram enrijecidas pelo período ditatorial, começaram um processo de rompimento do modelo histórico do sistema policial, em decorrência das transformações em andamento na sociedade brasileira, em especial o crescimento das práticas democráticas e o fortalecimento da cidadania. O descompasso entre as mudanças sociais e políticas e a prática policial produz uma crise nas polícias brasileiras, que não é uma crise de

dentro da corporação para fora, mas sim o inverso, da relação sociedade-Estado, em consequência da falta de sintonia entre o avanço social e a prática policial, ampliada pela ausência de um processo dinâmico e otimizado que faça funcionar um sistema de segurança pública para a realidade brasileira (BENGOCHEA, 2004, p. 119).

O policiamento comunitário vem sendo compreendido, por alguns autores, como a *“filosofia e a estratégia da organização que proporciona parceria entre a população e a polícia militar”* (KAHN, 1999, p.16); ou identificado como iniciativas voltadas a criar um sentimento de confiança entre a polícia e os cidadãos, como atribuir e definir novas responsabilidades aos policiais. (SKHOLNIK & BAYLEY, 2002). O que é mais significativo nessa nova experiência é que, esse novo padrão de policiamento pretende envolver comunidades, de forma espontânea e pode, ao mesmo tempo, produzir bases para uma cultura de segurança junto a moradores de bairros.

Esse processo também traz aspectos contraditórios, como a sobrenotificação de crimes, dada a proximidade policial com as pequenas e médias ocorrências. Nesse contexto, é possível perceber, ao menos, dois objetivos no policiamento comunitário-preventivo: 1. modificar a imagem deteriorada pelo

militarismo dominante, ao longo de décadas anteriores e, 2. buscar uma forma de expressão de seu poder com alternativas à utilização da força física. De acordo com SOUZA (2005):

A construção do sentimento de confiança dos cidadãos na polícia e a legitimidade de suas atividades dependem, pois, não só da internalização de novos valores pelos seus agentes, mas numa mudança de atitude e da prática policial que sejam condizentes com uma polícia que tem as comunidades como grandes parceiras na prevenção dos problemas de crimes locais (SOUZA, 2005, p.09).

A ampliação da prática democrática em nossas instituições afeta, também, uma instituição militarizada e hierarquizada como a polícia, promovendo alteração na definição dos conteúdos voltados à legitimidade das ações policiais, pela maior participação da comunidade na solicitação da presença da polícia. A comunidade vinculada a projetos de segurança pode tornar-se referência de definição de novas atribuições da Polícia Militar, ainda que contribua, em paralelo, para superestimar o número de ocorrências e para certa indefinição do papel dessa polícia, frente aos seus objetivos instituídos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar o poder de polícia numa sociedade democrática é uma tarefa que demanda o re-estabelecimento de utopias que foram abandonadas num passado muito recente e, ao mesmo tempo, um consenso crítico acerca das distopias ainda presentes na sociedade brasileira.

Considerar a polícia meramente como instituição significa desconsiderar um universo dinâmico e complexo de construções intersubjetivas entre seus sujeitos, e entre eles e o restante da sociedade. Neste sentido, reconhecer os policiais militares como sujeitos, significa considerar que eles reflexivamente produzem a própria ordem de coisas as quais são submetidos.

Considerar a polícia meramente como instituição, significa desconsiderar um universo dinâmico e complexo de construções intersubjetivas entre seus sujeitos, e entre eles e o restante da sociedade. Neste sentido, reconhecer os policiais militares como sujeitos, significa considerar que eles, reflexivamente, produzem também a própria ordem de coisas às quais são submetidos, ou seja, a condição do policial comunitário manifesta-se em um contexto não somente de reprodução de uma ordem repressora, mas também, e principalmente, em um ambiente de indeterminação. Os policiais são produtores e reprodutores de condições de repressão para si próprios, talvez

equivalentes ao que eles produzem para a sociedade civil.

As imposições da hierarquia da polícia militar, mesmo que violentas, não podem ser consideradas como determinantes do que se realiza no trabalho da polícia, pois as relações a que se referem os conceitos sociológicos podem objetivar também a interdependência e a incessante mobilidade.

Desse modo, a condição do policial comunitário, preliminarmente representada por essa pesquisa, manifesta contexto não somente de reprodução de uma ordem repressora, mas também e principalmente um ambiente de indeterminação, pois os policiais são produtores e reprodutores de condições de repressão para si próprios, talvez equivalentes ao que eles produzem para a sociedade civil.

Independentemente das posições explicitamente mais ou menos truculentas, é comum nos depoimentos dos policiais uma responsabilização do indivíduo policial simultânea à crítica sobre a carência de recursos na polícia e em outros órgãos estatais (presídios e escolas). Revelam-se aspectos cruciais de uma análise que se propõe reflexiva: se de um lado a autonomia do policial é o que garante a possibilidade de mudança na base das ações da instituição como um todo, por outro lado reproduz-se nessa autonomia do policial o discurso liberal que responsabiliza integralmente os indivíduos

isoladamente pela mudança positiva, mas principalmente pelos fracassos de sua ação.

Reafirma-se aqui a necessidade de compreender os sujeitos da ação policial - e a própria polícia -, não exclusivamente como reprodutores do sistema de dominação o qual se pretende superar, mas como destinatários de um tratamento que os considere como referência de interlocução, no sentido de que eles também se vejam capazes de tomar outros grupos sociais como referência de seu trabalho.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. Monopólio Estatal da Violência e na Sociedade Brasileira contemporânea. In: Miceli, S. (org.). **O que ler na ciência Social Brasileira** – vol. IV, São Paulo: Editora Sumaré, 2002.
- ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1), p. 168-176, 2004.
- AMADOR, F. S. **Violência policial verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BAYLEY, D. H. e SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas**. São Paulo: Edusp, 2002.
- (Coleção: Polícia e Sociedade, 2).
- BENGOCHEA, J. L. P. (et. al.) A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 119-131, 2004.
- CARIA, T. (org). **Experiência Etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 2003.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- KAHN, Túlio. Policiamento Comunitário: uma expectativa realista de seu papel. **Conjuntura Criminal**, julho de 1999, Ano 2, Número 6.
- LOCHE, Adriana Alves. **O Policiamento que a Sociedade Deseja: Análise das Discussões em Grupo com Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. NEV/USP, 2003.
- MESQUITA NETO, P. de. Violência

- Policia No Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce. et. al (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- QUINTANEIRO, Tânia. The concept of figuration or configuration in Norbert Elias. Belo Horizonte, **Teoria & Sociedade**, V. 2, n.se., 2006.
- SOUZA, Luis Antônio F. de. Paradoxos da Modernidade Vigada: Michel Foucault e as reflexões sobre a sociedade de controle. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (orgs.) **O Legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.